



Congresso deve votar hoje vetos presidenciais

Depois de analisar vetos, incluindo os aplicados à Lei de Diretrizes Orçamentárias, parlamentares poderão votar projeto que altera as metas fiscais para 2017 e 2018

Os senadores e deputados se reúnem hoje, às 11h, em sessão do Congresso Nacional para decidir se derrubam ou mantêm 16 vetos feitos pelo presidente Michel Temer em projetos de lei aprovados pelos parlamentares. Entre os vetos, estão os feitos à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017. Segundo o presidente, os vetos foram aplicados porque alguns artigos da lei limitavam a margem

de manobra do Poder Executivo na execução orçamentária diante da entrada em vigor da emenda constitucional que criou o teto para os gastos públicos. Os parlamentares também decidirão sobre o veto feito ao projeto que regulamenta a profissão de designer de interiores e ambientes. Após a votação dos vetos, a pauta será destrancada e o Congresso poderá analisar o projeto que altera as metas fiscais de 2017 e 2018. **3**

Randolfe quer sustar novo decreto sobre reserva de cobre

O novo decreto do presidente Michel Temer sobre a Reserva Nacional de Cobre e Associados, na Amazônia, mantém a extinção da reserva, segundo o senador Randolfe Rodrigues. Ele anunciou ontem que vai apresentar um novo projeto

para sustar o texto, conforme havia feito em relação ao decreto publicado no dia 23 e revogado ontem, após repercussão negativa.

— O interesse do governo é liberar a área no coração da Amazônia para mineração — disse o senador. **3**



Randolfe considera impossível atividade minerária sustentável na área

Parecer sobre acordo de leniência pode ser votado hoje

A comissão mista da medida provisória sobre acordos de leniência pode votar hoje relatório de Lídice da Mata. A MP trata dos acordos do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários com instituições financeiras que praticaram crimes. A colaboração poderá diminuir as penalidades e até mesmo extinguir processo. **2**

Comissão avalia relatório sobre dívidas não tributárias

O relatório de Wilder Morais sobre a medida provisória que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários pode ser votado hoje pela comissão que analisa o tema. A MP institui um refinanciamento de débitos, permitindo que pessoas físicas e empresas possam renegociar dívidas com órgãos públicos. **7**



Projeto de lei prevê assistência odontológica obrigatória na rede pública

Tratamento de problema dentário pelo SUS pode virar lei

Estão em estudo dois projetos de lei de senadores que dão à saúde bucal o status de direito garantido por lei. Eles são de Humberto Costa e Eduardo Lopes e incluem na Lei Orgânica da Saúde os

tratamentos odontológicos no campo de atuação da rede pública de saúde. Um estudo de 2003 mostra que 75% dos brasileiros com mais de 60 anos perderam todos os 32 dentes. **4 e 5**



Paim (3º à esq.) comanda reunião da Comissão de Direitos Humanos sobre as reformas trabalhista e da Previdência

Reformas reduzem direitos, afirmam debatedores

Em debate realizado ontem na Comissão de Direitos Humanos, representantes de sindicatos, de empregadores e de magistrados do Trabalho afirmaram que a entrada em vigor da reforma trabalhista e a possível aprovação da reforma da Previdência poderão provocar o aumento da terceirização e a redução dos

direitos dos trabalhadores, além ter impacto negativo sobre a arrecadação da Previdência. Para a vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Noemia Garcia Porto, é preocupante o desconhecimento dos trabalhadores em relação à legislação aprovada. **8**

Audiência pública discute Acordo de Paris e Código Florestal

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas debate hoje, às 14h30, a implantação do novo Código Florestal e do Acordo de Paris, tratado internacional sobre o clima coordenado pelas Nações Unidas. Para o debate, foram convidados representantes da Embrapa,

do Serviço Florestal Brasileiro e do Observatório do Código Florestal.

O Acordo de Paris foi assinado em 2015 por 195 países e representa compromisso contra alterações climáticas. Já o Código Florestal foi aprovado pelo Congresso e transformado em lei em 2012. **6**



Reunião em Paris aprovou em 2015 o acordo contra as mudanças climáticas

Debate examina cotas de reserva ambiental **6**

Doenças raras serão analisadas em subcomissão **2**

Textos sobre zonas francas aguardam discussão **7**

Solução de conflitos pode ter data nacional **2**

Pode ser aprovado hoje fundo para infraestrutura **8**

Marcos Oliveira/Agência Senado - 23/08/2017



Lídice da Mata, relatora, e deputado Fábio Garcia, presidente da Comissão que analisa a medida provisória

Comissão pode votar hoje acordo de leniência pelo BC

Medida provisória permite que o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários celebrem acordos com instituições financeiras que praticaram crimes. Texto prevê até a extinção de processos em curso

A COMISSÃO MISTA da Medida Provisória (MP) 784/2017, que regulamenta acordos de leniência do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com instituições financeiras que praticaram crimes, pode votar hoje, às 14h30, o relatório da senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

A MP amplia os poderes punitivos do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no caso de infrações administrativas. Em acordos de leniência, a colaboração poderá diminuir as penalidades aplicáveis em até dois terços e até mesmo

extinguir processos em curso. Além disso, a MP aumenta de R\$ 250 mil para R\$ 2 bilhões o valor das multas que poderão ser aplicadas às instituições financeiras.

A comissão já realizou três audiências públicas desde que foi instalada. O ponto mais questionado pelos participantes das audiências é a possibilidade de celebração do acordo de leniência sem a participação do Ministério Público.

— Leniência não serve para salvar instituição, empresa ou qualquer empreendimento. É instrumento de investigação

contra organização criminosa — disse o subprocurador-geral da República Marcelo Muscogliati.

Fundos

Outro ponto polêmico da MP é o que prevê a criação de dois fundos a partir do recolhimento das multas: o Fundo de Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional e Inclusão Financeira, administrado pelo BC, e o Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários, a cargo da CVM. O objetivo é o desenvolvimento dos mercados financeiro e de capitais.

CCJ discute Dia Nacional da Resolução de Conflitos

Com o objetivo de consultar a sociedade sobre a criação do Dia Nacional da Resolução de Conflitos, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Edison Lobão (PMDB-MA), agendou para hoje uma audiência interativa sobre o assunto.

Foram convidados para o debate, entre outros, a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques, corregedor-geral

da Justiça Federal; o economista Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV); a advogada Flavia Bittar Neves, presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBar) e o advogado Áureo Simões Junior, presidente da Associação Brasileira de Árbitros e Mediadores (Abrame).

Racionalidade

Como explica Lobão no requerimento, a resolução de conflitos é um meio alternativo ao judicial para que pessoas com interesses distintos pos-

sam chegar à conciliação, ou obter uma decisão imparcial válida para ambos. As formas mais comuns de solução de litígios são mediação, conciliação e arbitragem, cada uma destinada a resolver diferentes tipos de conflito.

“Estes meios alternativos possibilitam a obtenção de uma solução mais rápida e com menor custo para as partes, além de aliviar a sobrecarga de processos no Poder Judiciário”, diz o senador.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Trabalho em outros países será tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa discutirá hoje as experiências internacionais de codificação do trabalho. O debate faz parte da agenda de audiências da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, criada para abordar de forma mais profunda a reforma trabalhista.

A iniciativa é de Paulo Paim

(PT-RS), vice-presidente da subcomissão. De acordo com o senador, o objetivo é comparar a realidade do Brasil e de outros países em termos de salário, jornada de trabalho e outros pontos das relações entre empregados e empregadores.

O colegiado, instalado em 9 de agosto, tem o objetivo de criar o Estatuto do Trabalho e

contará com o auxílio de um grupo de trabalho, formado por juristas, representantes de entidades ligadas ao direito do trabalho e especialistas convidados pela subcomissão. A reunião está marcada para as 9h, na sala 13 da Ala Nilo Coelho, no Anexo 2 do Senado.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar

Subcomissão sobre doenças raras será instalada amanhã

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai instalar amanhã a Subcomissão Especial Sobre Doenças Raras. A instalação e a eleição do presidente e do vice da subcomissão vão ocorrer na sequência da reunião deliberativa da CAS, marcada para as 9h.

O requerimento para a criação da subcomissão é de Waldemir Moka (PMDB-MS). O objetivo, segundo o senador, é propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com doenças raras e aprimorar a legislação específica.

Segundo o Ministério da Saúde, doença rara é aquela que afeta até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos. As doenças raras são caracterizadas por ampla diversidade de sinais e sintomas. Moka registra que existem de 6 a 8 mil tipos de doenças classificadas como raras. Cerca de 75% dessas enfermidades afetam crianças que, em geral, morrem antes de completarem 5 anos. No Brasil, há cerca de 13 milhões de pessoas com doenças raras caracterizadas como graves, crônicas e degenerativas.

Indicados para o Banco Central passarão hoje por sabatina

Dois indicados pela Presidência da República para a diretoria do Banco Central (BC), Paulo Sérgio Neves de Souza e Maurício Costa de Moura, serão sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) hoje, às

10h. Souza é chefe do Departamento de Supervisão Bancária da Diretoria de Fiscalização do BC desde 2015.

Já Moura é chefe de gabinete do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Está no BC desde 2009.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Consumo de energia**
9h Pauta de 6 itens, entre eles o PLS 365/2016, que detalha o consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamento de eficiência energética.
- ESTATUTO DO TRABALHO Codificação**
9h Audiência sobre experiências internacionais de codificação do trabalho.
- CAE Sabatinas para o Banco Central**
10h Sabatina de Paulo Sérgio Neves de Souza e Maurício Costa de Moura, indicados para a diretoria do Banco Central. Logo depois, pauta de 12 itens.
- CCJ Resolução de conflitos**
10h Audiência sobre a instituição do Dia Nacional da Resolução de Conflitos.
- CMA Cotas de reserva ambiental**
10h Análise de requerimento e audiência sobre cotas de reserva ambiental.
- CONGRESSO Sessão conjunta**
11h Análise de vetos e projetos sobre créditos especiais para diversos órgãos.
- CE Construção de escolas**
11h30 Entre os 25 itens, o PLS 525/2009, que cria condições mínimas para a construção e adequação de escolas, e o PLS 444/2016, que torna as seleções esportivas integrantes do patrimônio cultural brasileiro.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, o PLS 206/2017 sobre o Fundo Especial de Financiamento de Campanha
- CPI DA PREVIDÊNCIA Deputados**
14h05 Audiência com Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia e Afonso Florence.
- CMC Código Florestal**
14h30 Audiência interativa sobre o novo Código Florestal e o Acordo de Paris.
- MP 780/2017 Débitos não tributários**
14h30 A comissão da MP sobre regularização de débitos não tributários junto às autarquias analisa relatório.
- REUNIÃO DE LÍDERES Votações**
14h30 Líderes se reúnem para definir a pauta da semana.
- PARLASUL Reunião**
14h30 Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.
- MP 784/2017 Banco Central e CVM**
14:30 A comissão da MP, que aumenta o poder punitivo do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, aprecia relatório
- CMO Reunião**
14h30 Reunião ordinária.
- CONSELHO DE ÉTICA Denúncia**
15h Sorteio de relator para denúncia contra Lindbergh Farias.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Sessão está marcada para as 11h. Vetos trancam pauta e precisam ser votados logo para que os parlamentares analisem o projeto de alteração das metas fiscais de 2017 e 2018

Congresso analisa hoje vetos presidenciais

ESTÁ MARCADA PARA hoje, às 11h, a sessão do Congresso Nacional em que os senadores e deputados devem votar 16 vetos presidenciais, 11 projetos de lei e um projeto de resolução. Outros dois vetos, que entraram recentemente na pauta, poderão ser votados se houver acordo entre os líderes.

A votação dos vetos é necessária para destrancar a pauta. O governo precisa que os parlamentares aprovem a alteração das metas fiscais de 2017 (de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões) e 2018 (de

R\$ 129 bilhões para os mesmos R\$ 159 bilhões). O projeto que altera as metas (PLN 17/2017) está na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Na quinta-feira, o presidente do Congresso, Eunício Oliveira, teve que suspender a sessão por falta de quorum. O painel registrava a presença de 154 deputados e 21 senadores no momento da suspensão. O quorum é de 257 deputados e 41 senadores.

Entre os vetos, está o VET 50/2016 à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017.

Parciais, os vetos dizem respeito a itens do texto que, no entender do governo, limitavam a margem de manobra do Poder Executivo, comprometendo a execução do Orçamento.

Este é o primeiro ano em que os gastos do governo são regidos pela Emenda Constitucional (EC) 95, que instituiu teto de gastos públicos. A regra para 2017 é diferente da prevista pela EC 95 para os anos seguintes. Neste ano, o limite é a despesa primária paga em 2016 corrigida pela projeção da inflação (7,2%), cerca de

R\$ 1,3 trilhão. De 2018 em diante, será o limite do ano anterior corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 12 meses até junho do ano anterior.

Designer de interiores

Também consta da pauta o veto parcial (VET 49/2016) ao projeto que regulamenta a profissão de designer de interiores e ambientes (PLC 97/2015). O Planalto vetou artigo que exigia diploma de curso superior para a profissão, considerando que violava

o dispositivo da Constituição que trata do livre exercício profissional. Também vetou artigo que conferia direito autoral a projetos de designers, por enxergar conflito em potencial com o direito de propriedade de terceiros.

Os deputados e senadores também terão de analisar o PLN 11/2017, que destina R\$ 38 milhões a diversos órgãos do Executivo, e o PLN 12/2017, que destina R\$ 37 milhões para a Justiça Eleitoral, a Defensoria Pública da União e outros órgãos.

Randolfe diz que novo decreto de Temer mantém extinção da Reserva Nacional de Cobre

O novo decreto anunciado pelo governo para deixar mais claras as regras de exploração de minérios na área da extinta Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) não traz nenhuma mudança importante. A declaração foi feita ontem pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), após o anúncio do decreto que revogou o anterior (Decreto 9.142/2017). Randolfe havia apresentado um projeto (PDS 160/2017) para suspender os efeitos do primeiro decreto, que extinguiu a Renca.

— Pelo que o governo anunciou, não mudou nada. O novo decreto quer estabelecer critérios para a exploração em áreas de conservação. Ou seja, mantém a extinção da Reserva Nacional do Cobre, deixando claro que o interesse é liberar a área no coração da Amazônia para a atividade de mineração. Não há como nenhum tipo de atividade minerária ser sustentável nessa área — advertiu Randolfe.

De acordo com a Agência Brasil, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, disse após o anúncio que o novo decreto poderia ser publicado numa edição extra do *Diário Oficial da União* de ontem. Entre as mudanças citadas pelo



Randolfe diz que pretende ajuizar ação popular na Justiça Federal do Amapá e até recorrer ao Supremo

ministro, está a proibição da licença para quem tiver atuado na exploração mineral ilegal na reserva antes do decreto.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmou que a nova medida deixará as regras para exploração na região mais claras e preservará as reservas ambientais e indígenas.

Iniciativa

Assim que for publicado o decreto, Randolfe avisou que apresentará um novo projeto para sustar seus efeitos. Ele já havia informado a intenção de

ajuizar uma ação popular na Justiça Federal do Amapá e, se preciso, recorrer ao Supremo Tribunal Federal, por meio de um mandado de segurança contra o primeiro decreto.

Mais cedo, Randolfe disse que pediria urgência para o projeto de decreto legislativo que apresentou na quarta-feira, com apoio dos senadores Jorge Viana (PT-AC), João Capiberibe (PSB-AP), Cristovam Buarque (PPS-DF), Reguffe (sem partido-DF), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Otto Alencar (PSD-BA) e Lindbergh Farias (PT-RJ). O projeto, que

impede o fim da reserva de 2,3 milhões de hectares localizados no Amapá e no Pará, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) à espera de relator.

Origem

A Renca foi criada em 1984, pelo governo de João Figueiredo, último presidente militar. Desde então, a pesquisa mineral e a atividade econômica na área passaram a ser de responsabilidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) ou de empresas autorizadas

pela companhia.

Além de cobre, estudos geológicos apontam a ocorrência de ouro, manganês, ferro e outros minérios na área. Com o decreto, a exploração pode ser aberta à iniciativa privada.

Para Capiberibe, o decreto é um “ato de insensatez”.

— Temos uma experiência amarga no Amapá. A mineração se instala e, pouco tempo depois, se desinstala e deixa um rastro de destruição ambiental e social.

Randolfe disse no Plenário que a medida atende interesses de Temer e seus aliados.

— Se realmente havia alguma intenção de exploração, bastava desafetar da Renca as áreas que não são unidades de conservação. Mas o que o governo faz? Simplesmente extingue a Renca, vulnerabilizando nove unidades de conservação e duas áreas indígenas demarcadas.

A defesa do governo foi feita por Cidinho Santos (PR-MT):

— Essa decisão do presidente Temer dará oportunidade de gerar empregos na região, para desenvolver atividade sustentável de licitação de garimpo, de extração mineral. A extração mineral clandestina, inclusive em reservas indígenas, é um crime — ressaltou.

Comissões sobre MPs com novas regras de mineração serão instaladas amanhã

Serão instaladas amanhã as comissões mistas para análise de duas medidas provisórias que mudam regras no setor da mineração.

A MP 789/2017 dispõe sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), o royalty cobrado das empresas que atuam no setor. A MP 790/2017 disciplina as obrigações, concessões de trechos, multas e outras sanções, desonerações e regras para o relatório final da pesquisa no setor, que é a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, a sua avaliação e à determinação do seu aproveitamento econômico.

As MPs foram publicadas no Diário Oficial da União de 26 de agosto e fazem parte do Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira.

De acordo com a MP 789/2017, as alíquotas da Cfem terão variação entre 0,2% e 4%. O ferro terá alíquota entre 2% e 4%, dependendo do preço na cotação internacional. Os minérios restantes terão as seguintes alíquotas: 0,2% para aqueles extraídos sob o regime de lavra garimpeira; 1,5% para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais para uso imediato na construção civil; 2% para aqueles cuja alíquota será definida

com base na cotação internacional do produto; e 3% para bauxita, manganês, diamante, nióbio, potássio e sal-gema.

Receita bruta

As alíquotas passarão a incidir sobre a receita bruta, e não mais sobre a receita líquida. No caso de venda, a Cfem incidirá na receita bruta, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização. No caso de consumo, sobre a receita calculada, considerado o preço corrente do minério, de seu similar no mercado ou o preço de referência definido pela Agência Nacional de Mineração. Nas exportações para

países com tributação favorecida, a compensação recairá sobre a receita calculada. Em leilões públicos, sobre o valor de arrematação. E no caso de extração sob o regime de permissão de lavra garimpeira, será sobre o valor da primeira aquisição do minério.

Análise

A MP 790/2017 altera a Lei 6.567/1978 e o Código de Mineração em diversos pontos. As medidas serão analisadas separadamente nas comissões mistas de deputados e senadores. Depois, seguirão para os Plenários da Câmara e do Senado.

Direito à saúde bucal pode virar lei

Negligenciada por muito tempo, a assistência à saúde bucal poderá integrar a Lei Orgânica da Saúde como área de atuação do Sistema Único de Saúde. Dois projetos de lei do Senado tratam do tema. Um deles é o que transforma em política de Estado o Programa Brasil Sorridente, que alcançou resultados significativos desde sua implantação como política pública, em 2004

André Falcão

A ATENÇÃO À saúde bucal poderá receber status de direito com proteção da lei. Dois projetos do Senado trazem a proposta de fazer constar na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990) a saúde bucal como parte do campo de atuação do SUS.

O PLS 8/2017, do senador Humberto Costa (PT-PE), institucionaliza a Política Nacional de Saúde Bucal, que vem sendo implantada desde 2004 por portaria do Ministério da Saúde com o nome de Programa Brasil Sorridente.

O PLS 193/2017, do senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), determina que tenham prioridade no atendimento odontológico

os pacientes internados, os portadores de condições clínicas especiais e as pessoas com deficiência.

O PLS 8/2017 foi aprovado em julho em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Como não houve recurso para votação no Plenário, já foi remetido para a Câmara.

Já o PLS 193/2017 ainda está em debate na CAS, onde será relatado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Humberto diz que o objetivo de seu projeto é transformar o Brasil Sorridente de política de governo em política de Estado, para que as mudanças de governo não representem uma ameaça de desmonte das ações. — O programa rapidamente

implicou uma mudança significativa dos indicadores de saúde bucal. O número de dentes com cárie por pessoa e o número de extrações dentárias mudaram significativamente. É uma política exitosa.

A proposta de Lopes enfatiza a chamada assistência terciária, prestada a pacientes internados, a pessoas com deficiência e a portadores de condições clínicas especiais, como gestantes de alto risco, diabéticos e doentes do coração. O senador dá exemplos que justificam concentrar esforços:

— Infecções respiratórias são especialmente comuns em pacientes internados que apresentam higiene bucal insatisfatória, o que complica o quadro clínico, podendo provocar internações prolongadas e caras, além do risco de morte.

Para Lopes, a assistência odontológica no Brasil ainda não é prestada de forma eficiente. Ele considera pouca a importância dada à odontologia no SUS, especialmente no atendimento hospitalar.

— Por isso é fundamental explicitar na Lei Orgânica da Saúde que a saúde bucal também é direito de todos e dever do Estado. Essa medida vai equiparar a assistência à saúde bucal às demais áreas da saúde,

priorizando o atendimento aos que dela mais necessitam.

Um terceiro projeto também trata do tema no Senado. O PLS 387/2014, de Acir Gurgacz (PDT-RO), define o piso salarial dos técnicos e auxiliares em saúde bucal e modifica a competência dos técnicos. As duas profissões foram regulamentadas em 2008, mas, como explica Gurgacz, a lei não estabeleceu o piso para as categorias profissionais. O projeto tramita na Comissão de Educação (CE).

Brasil Sorridente

A Constituição de 1988 definiu a saúde como direito do cidadão e dever do Estado. A Lei Orgânica da Saúde, editada

em 1990, tratou da promoção, proteção e recuperação da saúde, além do funcionamento dos serviços relacionados à área. Mas apenas em 2004, com o lançamento do Brasil Sorridente, foi que a saúde bucal passou a ter uma política pública consonante com os princípios constitucionais.

O senador Humberto Costa era o ministro da Saúde na época da implantação do Brasil Sorridente. Ele explicou que esse é um dos programas que têm a visão mais integral em termos de saúde:

— Ele vai desde a promoção, passando pela prevenção, até a cura e, em muitos casos, passando também pela rea-



Senador Humberto Costa, ex-ministro da Saúde, quer que Brasil Sorridente vire lei

bilitação.

As ações de promoção e prevenção ficam a cargo das equipes de saúde bucal, que trabalham com as equipes de saúde da família nas residências e nos postos de saúde. Há também o estímulo para que as prefeituras adotem a fluoreta-

ção da água para consumo da população.

— Uma criança que antes não tinha a menor noção da necessidade de escovação, da necessidade de selecionar o tipo de alimento que come, que não tinha água fluoretada, tinha com certeza o destino de precisar de um processo de obturação ou de um tratamento mais sofisticado e, portanto, mais caro. Nessa área, a prevenção e a promoção conseguem reduzir drasticamente esse gasto maior.

O senador relatou ainda que o programa também oferece à população atendimentos de maior complexidade. Para isso, foram criados os Centros Especializados em Odontologia (CEOs), onde são prestados serviços de tratamento de canal (endodontia), de correção de problemas de má distribuição dos dentes (ortodontia), cirurgias orais menores, tratamento de pessoas portadoras de necessidades especiais e tratamento do câncer de boca.

Humberto destaca que a criação do Brasil Sorridente também resultou na valorização

da profissão de odontólogo no país, tendo absorvido milhares de profissionais que estavam sem oportunidade no mercado de trabalho.

— O Brasil tem uma expertise hoje não só pelo programa, mas também pela qualificação dos profissionais de odontologia que tem. Muita gente vem de fora para fazer tratamento odontológico aqui não somente porque é mais barato, mas porque nós temos bons profissionais. Isso permite que o Brasil se destaque no campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico.

Mudança cultural

A extração dentária indiscriminada pode ter ajudado a criar uma cultura de medo de ir ao dentista. Sobre os possíveis efeitos desse aspecto cultural, Humberto disse acreditar que está havendo mudanças, principalmente pelo instrumental moderno hoje disponível, como os anestésicos locais usados antes da aplicação da injeção com o anestésico principal, e pelas próprias ações educativas das equipes de Saúde da Família nas escolas.

Para o senador, no entanto, a principal mudança cultural é fazer com que as pessoas deem a importância à sua saúde bucal: — Que elas saibam que é por ali que muitas das doenças que elas têm ingressam, que elas precisam, ao menor sinal de alguma coisa diferente, procurar um dentista, que aquilo pode ser um câncer que está começando.

Humberto ressaltou que a iniciativa de transformar o Brasil Sorridente em lei tem o apoio de organizações de odontologistas,



Senadores apresentaram projetos para que prevenção e tratamento de problemas dentários sejam oferecidos pelo SUS



Lopes é autor de projeto que dá prioridade no atendimento a paciente hospitalizado

Excesso de extração criou geração de desdentados

A perda dentária é considerada um dos principais prejuízos à saúde bucal devido à sua alta ocorrência e aos danos estéticos, funcionais, psicológicos e sociais que acarreta. Além do mais, é uma perda evitável.

Estudos epidemiológicos mostram que as perdas dentárias são uma marca da desigualdade social em diversas sociedades, e isso não é diferente no Brasil. As perdas dentárias são maiores nos estratos de menor renda.

— A saúde bucal nunca foi um direito de cidadania. Quem precisava de tratamento odontológico ou mesmo ações de prevenção tinha que pagar por ela ou acessava os serviços públicos de saúde, que eram muito escassos e ofertavam na maioria das vezes apenas a extração dentária. Isso produziu resultados muito ruins no Brasil — explica o professor da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB)

Gilberto Pucca.

Um levantamento feito em 2003 pelo Ministério da Saúde revelou uma situação dramática: 3 em cada 4 pessoas com mais de 60 anos já haviam perdido todos os 32 dentes da boca.

— Isso significa ter sido submetido a 32 cirurgias odontológicas. Esses dentes não foram perdidos por acaso. Na realidade, o Brasil vivia um processo de mutilação em massa da popula-

ção pobre, que não tinha acesso às ações de promoção da saúde e a tratamentos odontológicos — condenou Pucca.

Para o professor, as perdas dentárias no Brasil sempre foram consideradas algo natural. Na avaliação dele, a saúde bucal só é considerada essencial por quem tem dinheiro.

— Eu sempre pergunto em sala de aula: "Se você perder um dente, vai ficar incomodado?"



Gilberto Pucca, da UnB: extração de dentes de pobres era "mutilação em massa"

Se tiver uma cárie no dente, vai ficar incomodado? Por que quem não tem dinheiro não fica incomodado? Porque [é visto como natural] quem tem dinheiro tem tratamento odontológico, tem sorriso, tem auto-estima. Quem não tem dinheiro extrai o dente ou faz uma dentadura, e isso é normal. Mas não é normal perder dentes. Nós estamos falando de saúde, não apenas de estética. Vários estudos têm mostrado o impacto que a saúde bucal tem na autoestima das pessoas.

Avanços

Pucca coofendeu o Brasil Sorridente desde a sua implantação até 2016.

— Após sete anos, de 2004 a 2010, 44% das crianças brasileiras chegaram aos 12 anos de idade sem cárie. Isso nos colocou na classificação da OMS [Organização Mundial de Saúde] como país de baixa prevalência de cárie. Isso significa que o programa estava no caminho certo.

A integração com a atenção básica é um dos destaques do programa. Segundo Pucca, com o Brasil Sorridente, o número de equipes de saúde bucal saltou de 4,3 mil em 2003 para 24 mil em 2013.

— Em 2003, não cobríamos nem 5% da população brasileira com equipe de saúde bucal na atenção básica, que é justamente o nível onde se deve alcançar o número maior de pessoas — calculou.

Cada equipe atende mil famílias (cerca de 4 mil pessoas). — Não adianta continuarmos apenas criando serviços odontológicos. Eles são necessários porque a demanda reprimida é alta. Mas se não fecharmos a torneira de produção da doença, isso não se equaciona. E quem fecha a torneira são as equipes de atenção básica. Elas fazem toda a parte de prevenção na escola, na família, nos postos de saúde — explicou o professor.

As ações de prevenção incluem a orientação sobre como se fazer uma boa higiene bucal.

Há também uma frente do Brasil Sorridente que é o Programa Saúde na Escola. O trabalho das equipes de saúde bucal é unificado com o de outras equipes de saúde e há orientação até mesmo sobre a merenda escolar.

— Se nós conseguirmos equacionar o problema do consumo de açúcar na escola, não vamos prevenir apenas a cárie, o que não é pouco. Também estaremos prevenindo o diabetes, a obesidade. É um trabalho de promoção da saúde dentro da escola por meio de uma alimentação saudável, por exemplo. Essas ações são feitas pelos profissionais da atenção básica — explica Pucca.

Canal

O programa também ampliou o acesso a tratamentos especializados. Em 2003, apenas 4% dos procedimentos odontológicos oferecidos pelo SUS eram especializados. Como relatou o professor Pucca:

— O setor público não oferecia o tratamento de canal. Quando



Dentista do SUS ensina paciente a escovar os dentes corretamente

você precisava fazer esse tratamento, tinha que recorrer ao setor privado, que cobra de R\$ 200 a R\$ 400 por dente. Quem não tinha dinheiro para fazer isso tinha o dente extraído. Essa era a história natural da perda dentária no Brasil.

Com a implantação dos Centros Especializados de Odontologia (CEOs), segundo Pucca, hoje 25% dos procedimentos odontológicos já são

que se mobilizaram pela aprovação no Senado e fazem o mesmo na Câmara.

— O projeto é mais deles do que propriamente meu, apesar de ter sido implantando na minha gestão. É uma conquista da

categoria. Os dentistas hoje são mais valorizados profissionalmente e cientificamente e têm por esse programa um carinho muito especial. Acredito que em breve nós teremos isso como uma lei — disse o senador.

Saiba mais

Cidades atendidas por centros de especialidades odontológicas (CEOs)
<http://bit.ly/cidadesCEOs>

Projeto de Lei do Senado (PLS) 8/2017
<http://bit.ly/PLS8de2017>

Projeto de Lei do Senado (PLS) 193/2017
<http://bit.ly/PLS193de2017>

Projeto de Lei do Senado (PLS) 387/2014
<http://bit.ly/PLS387de2014>

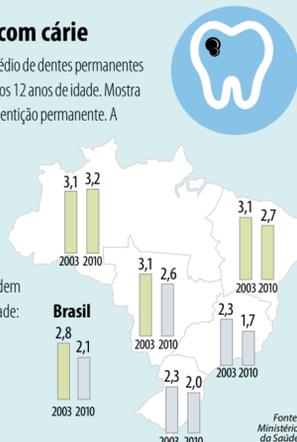
Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Índice de dentes com cárie

O Índice CPO indica o número médio de dentes permanentes cariados, perdidos e obturados aos 12 anos de idade. Mostra o histórico do ataque da cárie à dentição permanente. A idade de 12 anos é adotada internacionalmente como parâmetro básico para uso do indicador.

Os valores do índice correspondem aos seguintes graus de severidade:

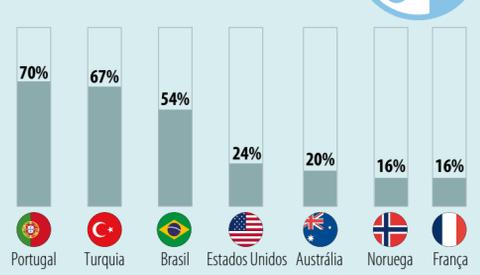
- Muito baixo (0,0 a 1,1)
- Baixo (1,2 a 2,6)
- Moderado (2,7 a 4,4)
- Alto (4,5 a 6,5)
- Muito alto (6,6 e mais)



Fonte: Ministério da Saúde



Idosos acima de 65 anos com todos os dentes extraídos



Fonte: Peres, M. et al. Perdas Dentárias no Brasil: análise da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal 2010, com base nos mais recentes dados epidemiológicos de cada país

Debate avalia Acordo de Paris e Código Florestal

Comissão mista vai debater tratado internacional sobre o clima, do qual os Estados Unidos anunciaram a saída, e código brasileiro em vigor desde 2012, que gerou polêmica

A COMISSÃO MISTA Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) vai realizar uma audiência pública hoje, às 14h30, para debater a implantação do novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) e do Acordo de Paris — tratado internacional sobre o clima coordenado pelas Nações Unidas.

Para o debate, estão convidados o chefe-adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, Giampaolo Queiroz Pellegrino; o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deusdará Filho; e a secretária-executiva do Observatório do Código Florestal, Roberta del Giudice. O Ibama também deve enviar um representante para o encontro.

O novo Código Florestal foi aprovado pelo Senado em novembro de 2011 e transformado em lei em maio do ano seguinte, depois de passar pela Câmara dos Deputados. A tramitação do projeto (PLC



O Acordo de Paris, assinado em 2015, teve a adesão de 195 países, que se comprometeram a implementar medidas para reduzir a mudança do clima

30/2011) no Congresso foi marcada por muita polêmica entre ruralistas e defensores do meio ambiente.

Já o Acordo de Paris foi assinado em dezembro de 2015 por 195 países e representa o compromisso de toda a comunidade internacional

na luta contra as alterações climáticas. Recentemente, os Estados Unidos anunciaram sua retirada do protocolo.

Requerimentos

Na mesma reunião, a CMMC ainda vai votar três requerimentos para a realização de

audiências públicas.

Jorge Viana (PT-AC) quer uma audiência para debater o protagonismo brasileiro nas questões das mudanças climáticas e outra para debater a participação do Brasil na COP-23, que será realizada em novembro, em Bonn, na

Alemanha. Já Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) quer debater a crise hídrica no Vale do São Francisco.

Especial do **Jornal do Senado** sobre a COP-21: <http://bit.ly/EspecialCOP21>
Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Estágio de adoção das cotas de reserva ambiental é tema de audiência pública hoje

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) realiza hoje, às 10h, uma audiência pública com o objetivo de debater o atual estágio de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização das cotas de reserva ambiental. Previstas no Código Florestal, as cotas são títulos que representam uma área de cobertura vegetal natural em uma propriedade rural, e que podem ser usados para compensar a falta de reserva legal em outra.

Cada cota corresponde a 1 hectare, podendo ser criada por proprietários rurais que tenham excesso de reserva legal, para que negociem com outros proprietários com uma área de reserva inferior ao mínimo exigido pelo próprio Código Florestal.

Foram convidados o presidente do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deusdará Filho, representando o Ministério do Meio Ambiente; o



Davi Alcolumbre defende que as cotas sejam adotadas por estados para que possam ser negociadas entre eles

presidente da Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro (BVRio.com), Mauricio Moura; e a secretária-executiva do Observatório do Código Florestal Roberta del Giudice.

Estados

As cotas de reserva ambiental são uma das políticas públicas que estão sendo avaliadas

pela CMA em 2017.

A análise de políticas públicas federais é feita anualmente por todas as comissões permanentes do Senado.

Na justificativa do requerimento, o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse ser favorável à criação de “cotas de reserva ambiental para os estados”.

Com isso, um estado com excesso de áreas de preservação ambiental poderia negociar essas cotas com outro que não tenha áreas ou tenha poucas áreas de conservação, numa espécie de “Bolsa de Valores verde”. Davi reforça que os estados da Região Norte têm, em boa parte de suas dimensões geográficas, a obrigação

de observar a proibição da exploração e ocupação das áreas delimitadas.

“Quando haverá discussões sobre a forma de compensação da União para esses estados? Como imaginar que tais estados, com partes consideráveis de seus territórios indisponíveis para exploração, ainda que sustentavelmente, possam promover seu desenvolvimento?”, questiona o senador no texto do requerimento.

Davi cita como exemplo seu próprio estado. No Amapá, 73% do território é destinado a unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas. Para ele, o estabelecimento de cotas para os estados está em sintonia com o que prevê o Código Florestal, pois caracteriza-se como um incentivo à preservação do meio ambiente.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Dívidas não tributárias estão na pauta de hoje

Comissão mista deve analisar hoje documento elaborado por Wilder Morais sobre medida provisória que cria programa para refinanciamento de débitos com a fazenda pública

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (MP 780/2017) poderá votar o relatório do senador Wilder Morais (PP-GO) hoje. Houve uma tentativa de votação na terça-feira passada, porém a análise acabou sendo adiada.

A MP institui uma espécie de programa de refinanciamento de débitos (Refis), permitindo que pessoas físicas e empresas possam renegociar dívidas com a fazenda pública, autarquias e fundações.

De acordo com o texto apresentado por Wilder, fica liberada a inclusão de débitos vencidos até a data de publicação da futura lei, em caso de aprovação pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Os débitos de natureza não

tributária tratam de multas de diversas origens, como as de natureza penal, previdenciária, trabalhista ou administrativa, ou com órgãos públicos.

A expectativa anunciada pelo governo, quando da edição da MP, é arrecadar cerca de R\$ 3,4 bilhões.

Mudanças

No substitutivo, Wilder abre a possibilidade do pagamento de multas e juros ser parcialmente convertido em projetos de investimentos, desde que sejam compatíveis com as prioridades estabelecidas pelo Executivo.

Além disso, o relator acatou duas emendas propostas por parlamentares. Uma delas é do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que exclui do Programa de Regularização de Débitos Não Tributários o



Wilder quer permitir que o devedor converta parte do débito em investimentos priorizados pelo Executivo

devedor que deixar de honrar seis parcelas alternadas, após a efetivação do acordo.

No texto original, a exclusão se daria após o devedor

deixar de pagar três parcelas alternadas.

A outra emenda, do senador José Medeiros (PSD-MT), reduz os requisitos para que o

devedor possa aderir ao Refis e permite a renegociação das dívidas junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Colegiado debate medida provisória sobre o Fies

A comissão mista da medida provisória que altera as formas de concessão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) promove amanhã audiência pública interativa para debater a MP 785/2017. A reunião tem início às 14h30.

Foram convidados o economista Valdemir Aparecido Pires, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp); o sociólogo e cientista político da Academia Brasileira de Ciências Simon Schwartzman; o professor Ocimar Munhoz Alavarse, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp); o professor

Luiz Cláudio Costa, da Universidade Federal de Viçosa (MG); e o diretor-presidente da Falconi Consultores de Resultado, Wilson Risolia Rodrigues.

Restrições

Na quarta, a comissão mista ouviu representantes das instituições de ensino superior, dos trabalhadores em educação e ativistas do setor, que criticaram a medida.

Eles foram unânimes em afirmar que a MP atende às necessidades fiscais do governo federal, mas restringe o acesso dos estudantes ao

financiamento estudantil, ao impor a exigência de fiador, em alguns casos, e extinguir o prazo de carência para quitação do empréstimo, entre outras alterações.

A medida provisória altera o perfil dos financiamentos concedidos pelo Fies, a serem definidos em três modalidades de contratação.

Com a edição da medida, o governo federal espera a redução da inadimplência no cumprimento dos contratos, limitação de riscos, melhoria nas condições de financiamento e racionalização das amortizações.

Isenção para zonas francas e áreas de comércio será discutida hoje

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne amanhã, às 9h, para votar cinco projetos de lei. Quatro deles tratam de benefícios para zonas francas e áreas de livre comércio.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 68/2016, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), acaba com o imposto de importação para insumos, máquinas e equipamentos usados na Zona Franca Verde (ZFV), programa do governo federal que incentiva a industrialização responsável na Amazônia.

O autor estima que a medida provocaria a renúncia fiscal de R\$ 36,1 milhões em 2017 e R\$ 43,3 milhões em 2018. O relator, Davi Alcolumbre (DEM-AP), defende a aprovação do projeto. Se passar na CDR, o PLS 68/2016 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Os senadores podem analisar ainda o PLS 90/2017, de Rose de Freitas (PMDB-ES), que propõe a criação de uma zona franca no Espírito Santo. Segundo Rose, a medida pretende incentivar a geração de empregos e elevar a renda local a partir da produção de bens de alto valor agregado e da ampliação da pauta de exportações.

Eduardo Lopes (PRB-RJ) é favorável à matéria. Se aprovado, o texto segue para a CAE e depois para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Também está na pauta da comissão o PLS 133/2017, de Ângela Portela (PDT-RR), que dá autonomia às unidades administrativas que com-

põem a Suframa. A autarquia administra a Zona Franca de Manaus e tem escritórios em Rio Branco, Boa Vista e Porto Velho. O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), defende a aprovação da matéria. Se passar pela CDR, o texto segue para a CAE.

Emprego e renda

Os senadores podem votar ainda o PLS 184/2017, de Jorge Viana (PT-AC). A proposta cria uma área de livre comércio nos municípios acrianos de Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus. A intenção é atrair investimentos para gerar empregos e aumentar a renda. O relator, Sérgio Petecão, é favorável ao projeto. Se for aprovado, o texto segue para a CAE e depois para a CCJ.

A comissão pode votar ainda o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 147/2015. O texto original, do deputado Goulart (PSD-SP), define critérios para a classificação de municípios em estâncias turísticas, hidrominerais, climáticas, balneárias e religiosas.

O relator, Davi Alcolumbre, propõe mudanças no texto. Segundo ele, a redação original "estabelece critérios excludentes" para classificar os municípios brasileiros. No substitutivo, Alcolumbre propõe a criação do Mapa do Turismo Brasileiro. As cidades incluídas no mapa receberiam recursos públicos para o desenvolvimento do turismo. Se passar pela CDR, a proposta segue para o Plenário do Senado.

Comissão sobre Lei Kandir realiza audiência amanhã

A Comissão Mista Especial da Lei Kandir realiza amanhã, às 14h30, audiência pública sobre o tema. Foram convidados o consultor do Senado Josué Alfredo Pellegrini, o consultor da Câmara dos Deputados Murilo Rodrigues da Cunha Soares e o presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), Eduardo José

Monteiro da Costa.

A Lei Kandir isenta da incidência do ICMS as exportações de produtos não industrializados. A comissão mista, criada em maio, tem como objetivo definir um modelo de ressarcimento aos estados pelas perdas do ICMS e decidir como o governo federal vai pagar as dívidas acumuladas.

Wellington Fagundes (PR-

-MT), que propôs a criação do colegiado, lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Congresso tem até 30 de novembro deste ano para editar uma lei complementar regulamentando os repasses da União para estados e Distrito Federal para compensá-los por perdas decorrentes da desoneração do ICMS nas exportações.

CPI ouve amanhã o diretor financeiro do BNDES

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no BNDES ouve em audiência pública interativa amanhã o diretor financeiro da instituição, o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes. A audiência terá a participação do procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Júlio

Marcelo de Oliveira.

Presidida por Davi Alcolumbre (DEM-AP), a CPI foi criada para investigar empréstimos concedidos pelo BNDES desde 1997, no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais. Os trabalhos da comissão foram divididos em três fases: a primeira, do dia 21 ao dia 31 de agosto, será para a realização de audiências

públicas com especialistas.

Na segunda fase, que vai de 1º a 30 de setembro, serão realizadas as oitavas apresentadas pelos membros da comissão — 13 titulares e 8 suplentes. A terceira fase será dedicada a elaboração e votação do relatório.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Especialistas criticam as reformas trabalhista e da Previdência Social

A audiência na Comissão de Direitos Humanos reuniu representantes de sindicatos, empregadores e magistrados do Trabalho

REPRESENTANTES DE SINDICATOS, dos empregadores e dos magistrados do Trabalho afirmaram ontem em debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH) que a entrada em vigor da reforma trabalhista, já sancionada (Lei 13.467/2017), e a possível aprovação da reforma da Previdência, em discussão no Legislativo, terão como resultados o aumento da terceirização e a redução dos direitos dos trabalhadores, além de provocar impacto negativo sobre a arrecadação da Previdência.

Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CDH, lembrou que apresentou proposta de criação de um Estatuto do Trabalho, revogando a reforma trabalhista aprovada este ano. Ele anunciou para o dia 14 de setembro uma audiência na Assembleia Legislativa de São Paulo para discutir a situação dos “caloteiros contumazes”, empresas que não depositam a contribuição para a Previdência:

— Eles se apropriam do dinheiro do trabalhador e acabam colaborando para a quebra da Previdência

— disse o senador.

O coordenador-adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clóvis Scherer, disse que o Executivo tem que se preocupar com as consequências da exclusão de milhões de idosos da Previdência e com a redução do valor dos benefícios.

— O governo deveria apresentar à sociedade uma análise dos impactos sociais, não apenas econômicos, da reforma que está em tramitação no Congresso.

O advogado Guilherme Kopfer, da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio (CNC), disse que ainda há questões em aberto em relação à Lei 13.467, como a aplicação aos contratos de trabalho vigentes.

A vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Garcia Porto, manifestou preocupação com o desconhecimento dos trabalhadores em relação à legislação aprovada.

— Alguns trabalhadores não tomaram consciência dos impactos a partir de no-

vembro. Isso é extremamente preocupante. Ele é o principal destinatário da lei e não sabe como vai ficar sua vida em pouquíssimos meses. É um momento grave, com reflexos nas áreas penal, previdenciária e familiar, no mínimo.

Comissionados

Hélio José (PMDB-DF) afirmou que a “falência programada”, em que empresas terceirizadas desaparecem, “dando calote nas dívidas trabalhistas”, já é um problema comum e pode se agravar, com o estímulo à terceirização no texto da nova lei. O senador abordou ainda a situação dos trabalhadores comissionados do serviço público. Segundo ele, o comissionado não tem proteção contra o desligamento repentino. Hélio José lembrou que tramita na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda à Constituição (PEC 53/2007), concedendo aos comissionados direitos como aviso prévio e seguro-desemprego.

Tanto Hélio José quanto Paulo Paim propuseram a formação de uma frente suprapartidária em defesa dos direitos dos

trabalhadores brasileiros.

O representante da Força Sindical, Carlos Alberto Altino, e outros sindicalistas convocaram os trabalhadores para paralisações no dia 14 de setembro, em repúdio às reformas.

Funrural

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Francisco Urbano Araújo Filho, criticou a aprovação, na semana passada, de um projeto de resolução do Senado relativo ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, o Funrural (PRS 13/2017).

No entendimento dos produtores rurais, a resolução suspende a cobrança retroativa da contribuição, usada para financiar a Previdência do trabalhador no campo. Há ainda uma proposta de extinção da cobrança do Funrural sobre a receita da comercialização da produção agrícola.

— Se a contribuição passar a ser individual, só do agricultor familiar, de 60% a 70% ficarão fora da Previdência Social — alertou Araújo.

Mudança no Bolsa Atleta está na pauta de colegiado

O projeto que altera os critérios para a concessão do Bolsa Atleta está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 709/2015 também tem efeitos sobre a categoria Bolsa Atleta Pódio. O texto, de autoria de Romário (Pode-RJ), tem relatório favorável de Regina Sousa (PT-PI) e veda o atendimento a atletas que já tenham rendimentos acima de 360 salários mínimos anuais.

O projeto, que será votado em decisão terminativa na CAE, estabelece pena de suspensão imediata do benefício caso a concessão seja feita em desacordo com o teto de remuneração. Além disso, o atleta ficará proibido de concorrer a um novo benefício nos dois primeiros anos subsequentes ao da suspensão. No caso do Atleta Pódio, a proposta também dá fim à exigência de prévia indicação do esportista pelas respectivas entidades nacionais de administração das modalidades, em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Readequação

Romário argumenta que o texto readequa a legislação vigente às sugestões apresentadas por atletas e profissionais da área esportiva durante eventos para avaliação das políticas públicas no setor.

Criado em 2005, o Bolsa Atleta é um programa de patrocínio individual de atletas de alto rendimento com bons resultados em competições nacionais e internacionais. O programa estabelece como prioridade tletas de esportes que compõem os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos.



Presidido por Paim (3º à esq.), o debate na Comissão de Direitos Humanos avaliou o impacto das reformas trabalhista e da Previdência para o trabalhador

Comissão pode votar hoje Fundo Nacional de Infraestrutura

A Comissão de Infraestrutura (CI) deverá analisar hoje, em caráter terminativo, a criação do Fundo Nacional de Infraestrutura (Fnit), prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 11/2013. A proposição também determina a aplicação de um percentual mínimo da arrecadação da Cide-combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados.

O texto original prevê o percentual mínimo de 5%. Porém,

o relator da proposta, Valdir Raupp (PMDB-RO), acatou emenda de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que limita à União a obrigatoriedade de aplicação de um percentual mínimo da arrecadação da Cide-combustíveis, aumentando-o de 5% para 10%. Assim, estados e municípios ficariam dispensados de cumprir a cota mínima. O projeto, já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi apresentado pelo ex-senador Antonio Carlos Rodrigues.

A comissão também deve analisar, em caráter terminativo, substitutivo de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ao PLS 235/2014, que vincula a aplicação de investimentos federais em obras e serviços de transportes à comprovação de sua viabilidade econômica. O projeto exclui dessa exigência as obras necessárias à segurança nacional e as de caráter social.

Além disso, a proposição considera a rodovia BR-319, no Amazonas, como priori-

tária à integração nacional. O substitutivo reincorpora à malha rodoviária federal o trecho da BR-235 entre Petrolina (PE) e a divisa dos estados de Pernambuco e Bahia.

O colegiado deverá analisar ainda o PLS 365/2016, de autoria de Otto Alencar (PSD-BA). O projeto determina que as faturas de energia elétrica tragam de forma explícita a comparação do gasto de cada unidade consumidora com o gasto médio da vizinhança. A proposta conta com o voto

favorável do relator, Elmano Férrer (PMDB-PI).

Consta ainda da pauta da comissão a mensagem presidencial que indica o nome de José Cesário Cecchi para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O relator da indicação é Ronaldo Caiado (DEM-GO).

A reunião da Comissão de Infraestrutura tem início às 9h, na sala 13 da Ala Alexandre Costa.